



A interface através da acessibilidade e do conteúdo programático inclusivo adaptado no Ensino Básico de Educação

The interface through accessibility and adapted inclusive syllabus content in elementary school education

Euclélia Cunha de Souza¹

Submetido: 10/03/2024 Aprovado: 10/04/2024 Publicação: 16/04/2024

RESUMO

O objetivo desta pesquisa científica de doutorado é destacar a importância da interface Através da Acessibilidade e do Conteúdo Programático Inclusivo no Ensino Básico de Educação. Através da acessibilidade, busca-se garantir o acesso igualitário a educação para todas as pessoas, independentemente de suas necessidades especiais. Isso implica em fornecer recursos e adaptações que permitam a participação plena e efetiva de todos os alunos no processo de aprendizagem. Por exemplo, a disponibilização de materiais em formatos alternativos, como braile para alunos com deficiência visual, ou audiodescrição de imagens para alunos com deficiência auditiva. Além disso, a interface Através da Acessibilidade também inclui a adaptação do ambiente físico, como rampas e corrimãos para facilitar a locomoção de alunos com mobilidade reduzida, e a utilização de tecnologias de informação e comunicação acessíveis, como softwares de leitura por voz e teclados adaptados. Já o conteúdo programático inclusivo refere-se à adequação dos conteúdos curriculares para atender às diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem dos alunos. Isso implica em utilizar metodologias pedagógicas que considerem as particularidades de cada aluno, oferecendo atividades e materiais didáticos diversificados e adaptados. Um exemplo de conteúdo programático inclusivo é a utilização de recursos visuais, como imagens e vídeos, que facilitam a compreensão de alunos com dificuldades de aprendizagem ou de alunos cuja língua materna não é a mesma do ambiente escolar. Portanto, a interface Através da Acessibilidade e do Conteúdo Programático Inclusivo no Ensino Básico de Educação é essencial para garantir a equidade e a qualidade no processo educacional, proporcionando a todos os alunos uma educação inclusiva e de excelência.

Palavras chaves: Acessibilidade Inclusiva, Conteúdo Programático, Recursos e Adaptações, mobilidade reduzida, Equidade

ABSTRACT

The objective of this scientific doctoral research is to highlight the importance of the interface Through Accessibility and Inclusive Program Content in Basic Education. Through accessibility, we seek to guarantee equal access to education for all people, regardless of their special needs. This implies providing resources and adaptations that allow all students to participate fully and effectively in the learning process. For example, the provision of materials in alternative formats, such as braille for students with visual impairments, or audio description of images for students with hearing impairments. In addition, the Through Accessibility interface also includes the adaptation of the physical environment, such as ramps and handrails to facilitate the movement of students with reduced mobility, and the use of accessible information and communication technologies, such as voice reading software and adapted keyboards. . Inclusive program content refers to the adaptation of curricular content to meet students' different needs and learning paces. This implies using pedagogical methodologies that consider the particularities of each student, offering diversified and adapted activities and teaching materials. An example of inclusive program content is the use of visual resources, such as images and videos, which facilitate the understanding of students with learning difficulties or students whose mother tongue is not the same as the school environment. Therefore, the interface Through Accessibility and Inclusive Program Content in Basic Education is essential to guarantee equity and quality in the educational process, providing all students with an inclusive and excellent education.

Keywords: Inclusive Accessibility, Program Content, Resources and Adaptations, reduced mobility, Equity

1. Doutora em Ciências de Educação, pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS.
cleia-marcadapromessa@hotmail.com

1. Introdução

A presente pesquisa de doutorado, concentra-se na investigação dos desafios e práticas relacionados à educação especial inclusiva, especialmente no contexto de currículos adaptados que transcendem os limites físicos da escola. Este estudo aborda questões como a implementação de ações educativas adaptadas para promover a acessibilidade e adaptação curricular e as dificuldades associadas à incorporação efetiva da pedagogia inclusiva nas escolas públicas de Macapá-AP.

No âmbito temático desta pesquisa científica, que se insere no campo da tese de doutorado, busca-se uma compreensão aprofundada da eficácia da acessibilidade inclusiva nas instituições educacionais. Essa abordagem visa garantir os direitos à diversidade de pessoas com deficiência, proporcionando igualdade de oportunidades no ambiente educacional, independentemente de suas habilidades.

Destacando que a inclusão educacional, é um princípio fundamental que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades, o acesso a uma educação de qualidade. No contexto do Ensino Básico de Educação, a interface entre a acessibilidade e o conteúdo programático inclusivo desempenha um papel essencial na promoção da igualdade de oportunidades e no desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

A acessibilidade no ambiente educacional abrange diferentes aspectos, desde a infraestrutura física das escolas até os recursos de aprendizagem disponíveis. É fundamental que as instituições de ensino estejam adequadas para receber alunos com deficiência física, visual, auditiva ou intelectual, por exemplo, com espaços acessíveis, rampas, corrimãos e elevadores. Além disso, é importante oferecer recursos de comunicação alternativa, como a Libras (Língua Brasileira de Sinais), para garantir a inclusão de alunos surdos, e disponibilizar materiais adaptados, como livros em braile, para estudantes com deficiência visual.

No entanto, a acessibilidade vai além do aspecto físico e engloba também a adaptação dos conteúdos programáticos de forma inclusiva. Isso significa que os materiais didáticos devem ser elaborados levando em consideração as diferentes maneiras de aprender dos alunos, bem como suas necessidades individuais. É necessário que os professores tenham acesso a recursos pedagógicos diversificados, como textos em linguagem simples, ilustrações explicativas e vídeos com legendas e audiodescrição, para atender às demandas de estudantes com dificuldades de leitura, linguagem, concentração ou que se beneficiem de diferentes estímulos.

Com isso, a inserção de tecnologias assistivas no contexto escolar pode ser uma ferramenta poderosa na promoção da acessibilidade e do conteúdo programático inclusivo. Essas tecnologias têm o potencial de proporcionar autonomia e independência aos estudantes, permitindo que eles acessem, compreendam e produzam o conteúdo escolar de maneira eficaz.

Em suma, a interface entre a acessibilidade e o conteúdo programático inclusivo no Ensino Básico de Educação é fundamental para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e se desenvolvam plenamente. Além disso, a inserção de tecnologias assistivas pode auxiliar no processo de aprendizagem e proporcionar autonomia aos estudantes.

Desta forma, o objetivo desse artigo científico, se consiste em analisar, discutir e projetar caminhos que levam suas ações educativas pedagógicas aos desafios, e analise e principais obstáculos na efetividade a demanda sobre acessibilidade universal na adaptação curricular inclusiva nas escolas públicas de Macapá – AP.

2. Referencial Teórico

2.1. Ensino Aprendizagem e os desafios da adaptação curricular

A importância da adaptação curricular inclusiva no ensino básico de educação está relacionada à garantia de que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa. A adaptação curricular visa atender às diversidades presentes na sala de aula, proporcionando um ambiente educacional inclusivo que valorize as potencialidades de cada estudante. Além disso, a adaptação curricular contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e acadêmicas, promovendo a participação ativa e o sucesso de todos os alunos.

Os alunos com deficiência na rede pública de ensino têm direito a recursos de Tecnologia Assistiva para garantir sua participação e acessibilidade curricular. Órgãos municipais e estaduais devem identificar as necessidades dos alunos e buscar financiamento para recursos como livros adaptados, materiais em Braille, computadores com leitores de tela, entre outros.

A escola inclusiva garante qualidade de ensino reconhecendo e respeitando a diversidade, atendendo as necessidades de cada aluno, independentemente de características individuais. O ensino significativo proporciona acesso a conhecimentos a serem aplicados.

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada, para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. (HENRIQUES, 2012, p. 09).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é essencial para a gestão escolar, pois define as diretrizes, objetivos, ações e avaliação do processo educativo, integrando a comunidade escolar e orientando a prática pedagógica. Incluir a palavra "inclusivo" no PPP reforça o compromisso com a diversidade e a garantia de acesso ao conhecimento para todos os alunos, considerando suas necessidades educacionais e potencialidades. A elaboração e implementação do PPP

demandam articulação entre diferentes áreas e níveis administrativos, visando promover ajustes necessários para uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Art. 17. Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino. (Resolução CNE/CEB Nº2, 2001)

Este trecho citado refere-se ao Art. 17 da Resolução CNE/CEB Nº2 de 2001, que destaca a importância da educação inclusiva e do atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de educação profissional, promovendo a acessibilidade, capacitação de recursos humanos, flexibilização do currículo e encaminhamento para o trabalho.

A adaptação curricular, feita por um professor para um aluno com deficiência específica, é válida apenas para esse aluno e para esse momento. Funciona como instrumento para programar uma prática educativa para a diversidade e deve ser construída em interação com o coletivo de professores da escola e outros profissionais. Após a identificação das adaptações, é importante planejá-las e implementá-las com a participação do coletivo envolvido, incluindo a família.

O professor especializado do AEE, tem a incumbência de produzir e selecionar o material pedagógico adaptado às condições especiais do aluno com deficiência, de forma a atender adequadamente suas necessidades funcionais, tanto no contexto da escola quanto na sala comum, em parceria com o professor de sala regular, identificando e solicitando a gestão os recursos para desenvolver a adaptação da tecnologia assistiva, que muitas vezes é bancada pelo próprio professor os recursos didáticos e tecnológicos para o processo de ensino inclusivo e adaptado.

O professor, por estar em contato direto com a realidade educacional, desempenha um papel fundamental no sucesso ou fracasso do aluno com deficiência. É por meio de seu olhar e prática pedagógica que ele pode promover a inclusão e garantir a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Quando o professor possui um olhar inclusivo, ele reconhece as potencialidades de cada aluno, valoriza suas habilidades e busca formas de adaptar as atividades e métodos de ensino para atender às necessidades individuais. Ele não vê a deficiência como uma limitação, mas sim como um aspecto a ser considerado na construção do processo de aprendizagem.

Por outro lado, quando o professor possui um olhar mais tradicional e excludente, ele tende a estabelecer padrões e expectativas reducionistas para o aluno com deficiência. Ele pode

focar apenas nas dificuldades e limitações, não proporcionando os recursos e apoios necessários para que o aluno possa desenvolver seu potencial.

É importante ressaltar que a prática pedagógica inclusiva vai além da simples adaptação de materiais e recursos. Ela envolve uma mudança de mentalidade e uma reflexão constante sobre as práticas educacionais, buscando sempre a equidade e o desenvolvimento integral de todos os alunos.

Portanto, é crucial que os professores sejam sensibilizados e capacitados para lidar com a diversidade na sala de aula, fomentando uma cultura inclusiva e oferecendo um ambiente propício para que o aluno com deficiência possa se desenvolver e ter sucesso em sua trajetória educacional, como alerta Vitta:

Para que o processo de inclusão ocorra, há necessidade da existência de uma coerência entre a maneira de ser e de ensinar do professor, além da sensibilidade à diversidade da classe e da crença de que há um potencial a explorar. A predisposição dos professores em relação à integração dos alunos com problemas de aprendizagem, especialmente se estes problemas forem graves e tenham caráter permanente, é um fator extremamente condicionante dos resultados obtidos. Por isso, uma atitude positiva já constitui um primeiro passo importante, que facilita a educação destes alunos na escola integradora. (VITTA, et al, 2010, p. 425).

Essa citação ressalta a importância de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, onde os alunos com problemas de aprendizagem são vistos como seres capazes e com potencial a ser explorado, permitindo que eles se sintam pertencentes e incluídos. É responsabilidade dos professores promover essa inclusão e contribuir para o desenvolvimento e sucesso acadêmico desses alunos.

Ao professor deverá se assegurar do suporte necessário para que em sala de aula possa disponibilizar de todos os meios, métodos, técnicas e recursos a fim de garantir ao aluno com deficiência, todas as possibilidades para o seu desenvolvimento. Estratégias que são necessárias a fim de permitir que todos os alunos, inclusive o de deficiência intelectual, participem integralmente das oportunidades educacionais, dentro de uma programação tão normal quanto necessária.

Algumas estratégias que o professor pode adotar para garantir o suporte necessário aos alunos com deficiência em sala de aula são:

1. Conhecer as características e necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual, buscando informações sobre suas limitações e potencialidades;
2. Adaptar o material didático e as atividades para torná-las mais acessíveis e compreensíveis, utilizando recursos visuais, manipulativos e multimídia, por exemplo;
3. Utilizar estratégias de ensino diferenciadas, que levem em consideração o ritmo de aprendizagem e as habilidades individuais de cada aluno;
- 4.

Promover a participação ativa do aluno com deficiência intelectual nas atividades em sala de aula, incentivando-o a interagir com os demais estudantes e expressar suas opiniões;

5. Fomentar a cooperação entre os alunos, criando uma atmosfera inclusiva e acolhedora em que todos se sintam valorizados e respeitados;

6. Oferecer suporte individualizado ao aluno com deficiência intelectual, seja através de acompanhamento de um profissional de apoio, ou de atividades de reforço e revisão;

7. Realizar avaliações formativas contínuas, que permitam identificar o progresso e as dificuldades do aluno, ajustando as estratégias de ensino conforme necessário;

8. Incentivar a participação dos pais e responsáveis no processo educativo, promovendo uma parceria entre família e escola para melhor atender às necessidades do aluno;

9. Criar um ambiente de aprendizado inclusivo, onde todos os alunos se sintam seguros para aprender, explorar e se desenvolver plenamente;

10. Buscar formação continuada e estar atualizado sobre práticas pedagógicas inclusivas, para melhor atender às necessidades dos alunos com deficiência intelectual.

Essas estratégias são essenciais para garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças e habilidades, possam participar plenamente das oportunidades educacionais e alcançar seu pleno desenvolvimento.

A escola comum, precisa ter um olhar, mas humano, pois, observa-se, que não oferecem respostas adequadas à diversidade dos alunos como um conjunto de medidas colocadas a serviço de uma educação para a plena cidadania de todos os envolvidos neste processo, independentemente de serem deficientes intelectuais ou não. Pois, diversas vezes foram identificadas flexibilizações e adaptações curriculares efetivadas com o propósito de estimular o processo de uma aprendizagem significativa para os alunos com deficiência intelectual inclusos no ensino comum.

Essas adaptações podem envolver ajustes nos conteúdos e métodos de ensino, uso de recursos especializados, apoio individualizado, trabalho em parceria com profissionais de apoio, entre outros.

No entanto, é importante ressaltar que a inclusão não se trata apenas de adaptar e flexibilizar o currículo, mas também de promover um ambiente acolhedor e inclusivo, com atitudes e práticas que valorizem e respeitem a diversidade de todos os estudantes.

Além disso, é necessário o treinamento adequado dos educadores para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual, assim como o envolvimento e apoio das famílias e da comunidade escolar como um todo.

Em suma, a escola comum precisa adotar um olhar humano, acolhedor e inclusivo, buscando oferecer respostas adequadas às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas diferenças, a fim de promover uma educação para a plena cidadania.

Destaca o pensamento de Cubero e Moreno:

A conduta do professor em relação aluno será determinante para o auto-conceito da criança, pois os sentimentos que um aluno tem sobre si mesmo, dependem, em grande parte, dos componentes que percebe que o professor mantém em relação a ela. Uma atitude continuada e consistente de alta expectativa sobre o êxito de um aluno potencializa sua confiança em si mesmo, reduz a ansiedade diante do fracasso e facilita resultados acadêmicos positivos. (CUBERO e MORENO, 1995, p.255).

O papel do professor não pressupõe o “mediador” da aprendizagem no contexto da escola inclusiva, sua prática pedagógica não está alicerçada na reflexão e nos parâmetros de uma educação voltada a diversidade e sim buscar alternativas efetivas para sua autonomia acadêmica intelectual e locomoção adaptada, O papel da Educação e da sociedade amplia-se ainda mais e aponta para a necessidade de se construir uma escola inclusiva, voltada para a formação de cidadãos responsáveis e participativos.

A inclusão na educação envolve o direito de todos os alunos, independentemente de suas características individuais, de frequentarem a escola regular e receberem uma educação de qualidade. Nesse contexto, o papel do professor vai além de ser apenas um transmissor de conhecimentos, ele também deve ser um mediador da aprendizagem, ou seja, alguém que auxilia os alunos a construir seu conhecimento de forma autônoma e significativa.

O professor deve refletir sobre suas práticas pedagógicas, buscando estratégias e metodologias que atendam às necessidades diversificadas dos alunos, levando em consideração suas capacidades, habilidades, limitações e diferenças individuais. Além disso, deve ter como objetivo desenvolver habilidades socioemocionais, éticas e cidadãs nos estudantes, preparando-os para serem responsáveis e participativos na sociedade.

A inclusão não se restringe apenas ao ambiente educacional, mas também envolve a participação ativa da sociedade. É necessário que haja um trabalho conjunto entre educação, família, comunidade e demais setores sociais para construir uma sociedade inclusiva, que valorize e respeite as diferenças, garantindo igualdade de oportunidades para todos.

Portanto, o papel do professor na escola inclusiva vai além de buscar alternativas para a autonomia acadêmica e locomoção adaptada dos alunos com deficiência, ele deve ser um agente de transformação, promovendo uma educação inclusiva que valorize a diversidade e forme cidadãos responsáveis e participativos.

2.2. Ambiente de acessibilidade inclusiva arquitetônica

O ambiente de acessibilidade inclusiva arquitetônica refere-se a espaços físicos que são projetados e adaptados para permitir o acesso e a participação de todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou intelectuais.

Um ambiente de acessibilidade inclusiva arquitetônica deve ser projetado levando em consideração as necessidades de todos os indivíduos, incluindo pessoas com deficiência, idosos, gestantes, crianças, entre outros.

Algumas características de um ambiente de acessibilidade inclusiva arquitetônica incluem rampas de acesso para cadeiras de rodas, elevadores para acesso a diferentes níveis, corrimões em alturas adequadas, portas largas o suficiente para a passagem de cadeiras de rodas, pisos táteis e sinalização visual para pessoas com deficiência visual, banheiros adaptados com barras de apoio e pias acessíveis, entre outros.

Além disso, é importante que o ambiente seja projetado de forma a permitir a independência e a autonomia das pessoas, proporcionando espaços que possam ser utilizados por todos, sem a necessidade de assistência ou ajuda constante.

A legislação também desempenha um papel importante no estabelecimento de diretrizes para a acessibilidade inclusiva arquitetônica. Em muitos países, existem leis e normas que devem ser seguidas na construção e adaptação de espaços públicos e privados para garantir a acessibilidade.

Em resumo, o ambiente de acessibilidade inclusiva arquitetônica busca garantir que todas as pessoas tenham o direito de acessar e utilizar os espaços de forma igualitária, proporcionando inclusão e igualdade de oportunidades para todos

A existência dessas barreiras é considerada uma violação dos direitos e da dignidade das pessoas com deficiência. Portanto, é importante que sejam identificadas e eliminadas, para garantir a igualdade de oportunidades e o pleno exercício dos direitos dessas pessoas.

Além disso, essas leis e o decreto estabelecem que é responsabilidade do Estado, de empresas e de todos os estabelecimentos públicos ou privados garantir a acessibilidade em seus espaços e serviços, implementando as adequações necessárias para remover as barreiras existentes. Caso não cumpram essa obrigatoriedade, estão sujeitos a sanções legais.

No tocante à deficiência física, PRADO (2009, p. 38) salienta que,

A deficiência física refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema ósteo-articular, muscular e nervoso. Uma das doenças mais famosas em relação à locomoção é a paraplegia e a tetraplegia, são causadas por acidentes que danificam o sistema ósseo. Além dessas doenças, existem outras causadas por atrofiamento dos músculos, e/ou problemas de parto

As deficiências físicas são disfunções ou perdas anatômicas, fisiológicas ou psicológicas que afetam o funcionamento do corpo humano e que podem causar limitações na execução de

atividades diárias. Essas limitações podem abranger diferentes áreas, como locomoção, coordenação motora, comunicação e utilização de membros superiores. A deficiência física pode ser causada por diferentes fatores, como doenças congênitas, acidentes, lesões na medula espinhal, entre outros.

É importante ressaltar que as pessoas com deficiência física podem levar uma vida independente e produtiva, desde que tenham acesso a reabilitação, serviços de apoio e adaptações necessárias para suas necessidades específicas. Além disso, é fundamental garantir a inclusão social e a igualdade de oportunidades para essas pessoas, promovendo a conscientização e a remoção de barreiras físicas e sociais que possam limitar sua participação plena na sociedade.

Contudo, o que se tem visto é a construção de projetos ditos inclusivos ou acessíveis, que ainda possuem barreiras que impedem ou dificultam o acesso dos seus componentes.

Assim, o espaço da escola deve estar adaptado para qualquer pessoa com sequelas grave, permanente ou não, criança e também, para os professores e os seus possíveis acompanhantes, dependendo do tipo e do grau de deficiência. Ainda segundo Vygotsky (1997), a deficiência é muito mais social que biológica, sendo as limitações e fragilidades impressas pelo contexto social.

De acordo, com Ribas (2003:10), a Organização Mundial de Saúde, na tentativa de normatizar a questão, publicou em 1980 a Classificação Internacional dos Casos de Impedimento, Deficiência e Incapacidade, explicando cada um desses casos.

A deficiência é definida como uma restrição funcional resultante de uma condição de saúde ou de um estado de saúde, abrangendo deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais. Já o impedimento é a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, enquanto a incapacidade é a restrição ou falta de habilidade para realizar uma atividade de maneira considerada normal para um ser humano.

Essa classificação tem como objetivo fornecer uma base comum para a descrição, comparação e análise de dados relacionados à deficiência e incapacidade em nível internacional. Ela reconhece que a deficiência não é apenas uma característica individual, mas também uma interação entre a pessoa e o ambiente em que ela vive.

Portanto, a adaptação do espaço da escola para pessoas com sequelas graves, permanentes ou não, é fundamental para proporcionar igualdade de acesso e oportunidades de aprendizado a todos os alunos. Além disso, é importante considerar as necessidades dos professores e seus possíveis acompanhantes, garantindo que possam desempenhar seu trabalho de forma eficiente e inclusiva.

A abordagem de Vygotsky destaca o aspecto social da deficiência, enfatizando que as limitações e fragilidades não são apenas características biológicas, mas também resultam das interações sociais e do contexto em que a pessoa está inserida. Portanto, é essencial criar um

ambiente escolar que seja inclusivo e que promova a participação plena e igualitária de todos os alunos, independentemente de suas deficiências.

O impedimento diz respeito a uma alteração (dano ou lesão) psicológica, fisiológica ou anatômica em um órgão ou estrutura do corpo humano. A deficiência está ligada a possíveis sequelas que restringiriam a execução de uma atividade. A incapacidade diz respeito aos obstáculos encontrados pelos deficientes em sua interação com a sociedade, levando-se em conta a idade, sexo, fatores sociais e culturais (RIBAS, 2003, p.10).

O trecho citado define os termos "impedimento", "deficiência" e "incapacidade" dentro do contexto da saúde e da interação com a sociedade. O impedimento, de acordo com a definição, refere-se a uma alteração física, psicológica ou anatômica que ocorre em um órgão ou estrutura do corpo humano. Essa alteração pode ser um dano ou lesão que afeta a pessoa de alguma forma.

A deficiência, por sua vez, está relacionada a possíveis sequelas causadas pelo impedimento. Essas sequelas podem restringir a capacidade de uma pessoa realizar determinadas atividades. Por exemplo, uma pessoa com uma deficiência física pode encontrar dificuldades em mover-se ou realizar tarefas físicas.

Já a incapacidade refere-se aos obstáculos que os indivíduos com deficiência encontram ao interagir com a sociedade. Esses obstáculos podem variar de acordo com fatores como idade, sexo, fatores sociais e culturais. Por exemplo, uma pessoa com deficiência visual pode encontrar dificuldades em acessar informações em formato visual ou enfrentar preconceito e discriminação por causa de sua deficiência.

Essas definições são importantes para compreender a complexidade das necessidades e desafios enfrentados por pessoas com algum tipo de impedimento, deficiência ou incapacidade, e também para promover a inclusão e a acessibilidade nas diferentes esferas da sociedade.

Apesar de não ser muito clara a fronteira entre impedimento e deficiência, o avanço dessa classificação foi explicitar que a incapacidade não é algo intrínseco ao corpo com lesão, mas sim produto da interação entre o deficiente e a sociedade. Essa ideia foi apropriada e ressoa na definição de deficiência da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), como se lê no item e de seu Preâmbulo:

De acordo com Mazzarino *et al.* (2011), para pessoas com deficiência física e visual, os pilares devem ser isolados em locais de pouco fluxo de pessoas; decisão que deve ser tomada obviamente na concepção do projeto estrutural-arquitetônico. Conforme o mesmo autor, os sanitários adaptados devem ser instalados em todos os pavimentos da escola, devem possuir barras de apoio e lavatório no mesmo ambiente. Também, a escola deve disponibilizar mobiliário,

equipamentos e dispositivos de ajuda técnica que permitam a participação de todos em todas as atividades escolares.

Ainda segundo Vygotsky (1997), a deficiência é muito mais social que biológica, sendo as limitações e fragilidades impressas pelo contexto social. Um contexto social que estimule os alunos consegue naturalizar e desenvolver aprendizagens que rompem com a ideia de deficiência (VYGOTSKY, 1997). Da mesma forma, o ambiente escolar como um espaço social de convivência na etapa inicial da vida dos indivíduos pode atuar como um espaço que ensine e estimulem a todas as crianças a conviverem com as diferenças.

Isso significa que, ao invés de focar nas limitações e fragilidades de um aluno com deficiência, é mais importante criar um ambiente inclusivo e estimulante, onde todos os alunos tenham oportunidades de aprendizado e convivência. Ao naturalizar a presença de crianças com deficiência e promover interações positivas entre elas e seus colegas, a ideia de deficiência pode ser superada.

Dessa forma, proporcionar um ambiente escolar inclusivo não apenas beneficia os alunos com deficiência, mas também ensina a todas as crianças a importância de conviverem com as diferenças. A vivência da diversidade desde cedo contribui para a formação de indivíduos mais empáticos, tolerantes e inclusivos na sociedade.

Portanto, acredita-se que a deficiência é moldada pelo contexto social, e uma escola inclusiva e estimulante é essencial para promover o desenvolvimento pleno de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações.

Mensurando que a acessibilidade e inclusão podem ser especializadas de diversas formas. Segundo Mazzarino *et al.* (2011), para os alunos com deficiência visual deverá haver o piso tátil de alerta junto a escadas, às rampas e ao mobiliário, principalmente quando esses se apresentarem como obstáculos no ambiente. Afirma ainda que as portas devem ser pintadas com cores contrastantes com o piso e as paredes.

Essas medidas são importantes para garantir a acessibilidade e inclusão dos alunos com deficiência visual. O piso tátil de alerta permite que esses alunos sejam avisados sobre a presença de escadas, rampas e obstáculos no caminho, facilitando sua locomoção de forma mais segura e independente.

Além disso, a utilização de cores contrastantes nas portas em relação ao piso e às paredes facilita a identificação e localização das portas pelos alunos, uma vez que eles geralmente utilizam informações visuais para se orientarem no ambiente.

Essas orientações apresentadas por Mazzarino *et al.* são apenas algumas das diversas formas de especialização que podem ser adotadas para promover a acessibilidade e inclusão dos

alunos com deficiência visual. É importante que as instituições educacionais e os profissionais envolvidos estejam atentos a essas necessidades específicas e busquem adaptar o ambiente de acordo com as melhores práticas e diretrizes existentes

Os espaços com os quais os alunos devem ser familiarizados são o espaço físico da escola e do seu entorno. Baseando-se nos estudos de Calado (2006), existe uma série de recomendações que devem ser feitas para tornar esses espaços bem acessíveis e com boa mobilidade arquitetônica.

Devem-se considerar os aspectos gerais da implantação da escola, quando a mesma estiver em nível de projeto. É necessário analisar os condicionantes do sítio e do entorno urbano. Esse primeiro em relação à topografia, que quanto menos acidentada, mais fácil o acesso e a mobilidade dos seus usuários. E o segundo, em relação principalmente a infraestrutura urbana, como o tráfego nas vias de acesso e o transporte urbano adaptado.

Segundo Calado (2006), além dos aspectos físicos, mobiliários e tecnologias assistivas, é fundamental que se pense também na manutenção das instalações da escola, bem como na preparação do corpo docente de forma que o uso dos objetos e espaços adaptados seja feito de forma correta e eficaz.

Dessa forma, é necessário que haja políticas de manutenção regular nas instalações da escola, incluindo reparos e adaptações necessárias para garantir a acessibilidade e a segurança dos alunos com necessidades especiais.

Além disso, é importante oferecer formações específicas para os professores, para que eles possam utilizar de forma adequada os recursos adaptados e promover uma inclusão eficaz dos alunos com deficiência. Essas formações devem abranger o conhecimento sobre as tecnologias assistivas disponíveis, técnicas de uso, orientações pedagógicas e práticas inclusivas.

É fundamental que os docentes sejam capacitados para criar estratégias de ensino e aprendizagem que atendam às necessidades individuais dos alunos com deficiência, utilizando os espaços e materiais adaptados de forma a promover a participação e o desenvolvimento pleno desses estudantes.

Dessa forma, a manutenção das instalações da escola e a preparação do corpo docente são aspectos igualmente relevantes para a promoção de um ambiente educacional inclusivo e acessível. Ambos devem ser considerados em conjunto para garantir que os alunos com deficiência tenham acesso efetivo à educação e possam participar plenamente das atividades escolares

Segundo Duran; Prado (2006), a acessibilidade, isto é, as condições de acesso, sem barreiras, baseado no Desenho Universal, aplica-se a todos os bens e serviços da sociedade. No

caso das escolas, que é o objeto de estudo da pesquisa, se aplica às escolas de ensino de qualquer nível, modalidades ou etapas, públicas ou privadas.

Isso significa que as escolas devem ser projetadas e adaptadas de forma a garantir a inclusão de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla. Isso inclui a disponibilização de rampas, corrimãos, sinalizações em braile, pisos táteis e equipamentos adequados para facilitar a locomoção e a comunicação de todas as pessoas.

Além disso, a acessibilidade nas escolas também abrange a disponibilização de recursos pedagógicos e tecnológicos acessíveis, como materiais em formato digital, softwares adaptados, intérpretes de Libras, dentre outros, que garantam a participação plena e efetiva de todos os alunos nas atividades escolares.

A implementação do Desenho Universal, que consiste em projetar produtos e ambientes de forma a serem utilizados por todas as pessoas, sem a necessidade de adaptações posteriores, é fundamental para garantir a acessibilidade nas escolas. Dessa forma, todas as pessoas poderão participar ativamente da vida escolar, se envolver em todas as atividades educacionais e socializar-se com seus colegas, contribuindo para uma educação mais inclusiva e igualitária.

Em resumo, a acessibilidade nas escolas é fundamental para garantir o direito à educação de todas as pessoas, independentemente de suas características e necessidades específicas, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade.

Desta forma, observa-se, que a acessibilidade arquitetônica e a mobilidade inclusiva devem ser garantidas a todos os ambientes das escolas: salas de aulas, laboratórios de informática, salas de aulas práticas, bibliotecas, sala dos professores, secretarias, sala da coordenação, áreas esportivas, refeitório, sanitários, pátio, etc., para qualquer usuário, seja ele de mobilidade reduzida, deficiência física, paralisia cerebral, cadeirante, com D.V (deficiência visual), D.A (deficiência auditiva), TEA (Transtorno do espectro autista), D.I (deficiência intelectual), e várias outras que aqui faltaram mencionar.

A inclusão de alunos com deficiências físicas, como cadeirantes e pessoas com paralisia cerebral, exige a presença de rampas de acesso, corredores amplos e portas largas para permitir a circulação adequada de cadeiras de rodas. Além disso, é importante que os banheiros sejam adaptados e equipados com barras de apoio e outros recursos que facilitem o uso por pessoas com dificuldades de locomoção.

Para os alunos com deficiência visual, é necessário que os ambientes sejam devidamente sinalizados em Braille, com pisos táteis indicando trajetos seguros e equipamentos adaptados para a leitura em braile. Além disso, todos os materiais didáticos devem ser disponibilizados em formatos acessíveis, como áudio books ou em fontes ampliadas.

Já os alunos com deficiência auditiva precisam de ambientes com boa acústica, equipamentos de amplificação sonora e a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como forma de comunicação.

No caso dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é fundamental que os espaços sejam organizados de forma a minimizar estímulos sensoriais excessivos, como ruídos e luzes intensas. Além disso, é importante proporcionar espaços de acolhimento e apoio psicopedagógico adequados às necessidades desses alunos.

A inclusão de alunos com deficiência intelectual requer a adaptação dos espaços de aprendizagem e a disponibilização de recursos pedagógicos diferenciados, que levem em consideração as habilidades e limitações desses alunos.

É importante ressaltar que a acessibilidade arquitetônica não se restringe apenas à adaptação física dos espaços, mas também se refere à promoção de uma cultura inclusiva, que valorize a diversidade e garanta a participação plena de todos os alunos e profissionais da escola.

Portanto, a implementação de medidas de acessibilidade arquitetônica e mobilidade inclusiva nas escolas é essencial para assegurar a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todos, promovendo uma sociedade mais inclusiva e justa

2.3 Arquitetura Universal inclusiva na sociedade

Acerca da Arquitetura Universal Inclusiva refere-se a um conceito de design que busca criar espaços e edifícios que sejam acessíveis, funcionais e inclusivos para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, cognitivas ou sensoriais. Esse tipo de arquitetura visa garantir que todas as pessoas possam utilizar e desfrutar dos espaços públicos e privados de forma igualitária e sem discriminação.

A implementação da Arquitetura Universal Inclusiva na sociedade é uma questão de direito e justiça social. Ao garantir que os espaços sejam projetados levando em consideração as necessidades de todas as pessoas, incluindo idosos, crianças, pessoas com deficiência, gestantes e usuários de cadeiras de rodas, estamos promovendo a igualdade de acesso e oportunidades para todos.

Além disso, a Arquitetura Universal Inclusiva também pode promover benefícios econômicos e sociais. Ao tornar os espaços mais acessíveis, a comunidade como um todo pode se beneficiar, por exemplo, através do aumento do turismo, da melhoria da qualidade de vida e do fortalecimento da inclusão social.

Para implementar a Arquitetura Universal Inclusiva na sociedade, é necessário um esforço conjunto de arquitetos, urbanistas, engenheiros, autoridades governamentais e sociedade civil. É importante que políticas e normas sejam estabelecidas para orientar e exigir a aplicação dos princípios da Arquitetura Universal Inclusiva em todos os projetos arquitetônicos e urbanísticos.

Além disso, a conscientização e a educação da sociedade também desempenham um papel fundamental na promoção da Arquitetura Universal Inclusiva. É necessário que as pessoas compreendam a importância da acessibilidade e se tornem agentes de mudança, exigindo espaços inclusivos e participando ativamente do processo de planejamento e uso dos espaços públicos.

Em resumo, a Arquitetura Universal Inclusiva na sociedade é um conceito que busca promover a igualdade de acesso e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, cognitivas ou sensoriais. É uma abordagem essencial para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e acessível para todos.

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. (BRASIL, 1999, p.33).

Essas adaptações podem envolver a modificação de conteúdo, metodologias, recursos e avaliações, visando atender às necessidades individuais dos alunos. O objetivo é proporcionar igualdade de oportunidades, garantindo a participação e o acesso ao currículo comum, promovendo assim uma educação inclusiva.

É importante ressaltar que as adaptações curriculares não têm como objetivo diminuir ou facilitar o nível de exigência do currículo, mas sim oferecer suporte e estratégias diferenciadas para que o aluno consiga alcançar os objetivos propostos.

Além disso, as adaptações curriculares devem ser realizadas de maneira colaborativa, envolvendo os diversos profissionais da educação, como professores, coordenadores pedagógicos, especialistas e famílias, a fim de garantir uma efetiva inclusão e aprendizagem de todos os alunos.

Concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (BRASIL, 2004)

A acessibilidade consiste em eliminar ou minimizar as barreiras físicas, sensoriais e cognitivas que impedem ou dificultam a participação plena de todas as pessoas na sociedade. Para alcançar a acessibilidade, é necessário considerar as necessidades de todas as pessoas e garantir que espaços, objetos e produtos sejam projetados de forma inclusiva desde o início.

A deficiência física deve ser encarada mais do ponto de vista social, e menos biológico, de forma que se delineie um novo paradigma, onde as diferenças sejam compreendidas com naturalidade, possibilitando a convivência entre os diferentes.

O ilustre jurista Rui Barbosa já explanava de forma acertada sobre o tema da igualdade, quando afirmou em sua obra “Oração aos moços” que, “igualdade é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem” (BARBOSA, 1997, p. 26).

Essa citação do jurista Rui Barbosa destaca a importância de reconhecer e tratar as pessoas de forma igualitária, mas também reconhecendo suas diferenças e necessidades individuais. No caso das pessoas com deficiência física, é essencial compreender que elas possuem as mesmas capacidades e direitos que as demais, porém podem precisar de adaptações e oportunidades diferenciadas para atingirem seu potencial máximo.

Ao encarar a deficiência física como um aspecto social, é possível criar um ambiente inclusivo que promova a convivência e o respeito entre todos. Isso implica em oferecer acesso adequado a serviços, espaços públicos e oportunidades de emprego, por exemplo, além de combater atitudes discriminatórias e estereótipos negativos

Em resumo, ao adotar uma abordagem mais social, em vez de biológica, para a deficiência física, é possível criar um novo paradigma onde as diferenças sejam aceitas e valorizadas. Por meio do respeito e da inclusão, é possível garantir a igualdade de oportunidades para todos, independentemente das suas limitações físicas.

Essa transformação envolve a quebra de estereótipos e preconceitos associados às deficiências, promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade. Significa reconhecer e valorizar as habilidades e contribuições que cada pessoa pode oferecer, independentemente de suas limitações físicas.

Ao adotar essa abordagem, a sociedade passa a enxergar a deficiência de forma mais ampla, reconhecendo que cada pessoa tem seu próprio valor e potencial, independentemente de sua condição física. Isso possibilita uma maior participação e integração das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Como se vê, em sua política de inclusão dos alunos com necessidade especiais, o governo brasileiro é bem enfático em sua defesa da reflexão e necessidade adequação do currículo as necessidades dos alunos com deficiências. Em outro documento do governo mais recente, editado pelo MEC, se lê as seguintes orientações, em termos da adequação do currículo a questão da diversidade:

A reflexão sobre o currículo está instalada nos diversos âmbitos educacionais inclusive nas escolas. Durante as últimas décadas, o currículo tem sido central nos debates da academia, da teoria pedagógica, da formação docente e pedagógica, principalmente neste período de ampliação da duração do ensino fundamental de 9 anos. Seria possível um diálogo que inclui a diversidade entre a teoria acumulada e as propostas e práticas de reorientação curricular? Educar na diversidade pressupõe a adoção de um modelo de currículo na escola que facilite adaptações e flexibilizações para o aprender e ensinar de todos os alunos e alunas em sua diversidade. (BRASIL, 2007)

O diálogo entre a teoria acumulada e as propostas e práticas de reorientação curricular é fundamental para promover uma educação que valorize e respeite a diversidade. A reflexão sobre

o currículo deve considerar a pluralidade de culturas, perspectivas, valores e necessidades dos alunos, permitindo que eles se reconheçam nas práticas pedagógicas, imbuídas em:

A- Garantir que os alunos com necessidades especiais sejam incluídos em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior.

B- Desenvolver estratégias pedagógicas que atendam às necessidades individuais de cada aluno, levando em consideração suas deficiências e potencialidades.

C- Promover a inclusão dos alunos com necessidades especiais em todas as atividades escolares, incluindo esportes, eventos e projetos.

D- Estabelecer parcerias com instituições especializadas para fornecer suporte e recursos adicionais aos alunos com necessidades especiais.

E- Capacitar os profissionais da educação para lidar com as diferenças e proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor.

F- Promover a conscientização e o respeito entre os alunos, para que todos sejam igualmente valorizados e respeitados, independentemente de suas diferenças.

G- Adaptar o currículo de forma flexível e individualizada, respeitando as necessidades e capacidades de cada aluno com necessidades especiais.

H- Oferecer apoio e acompanhamento aos pais e responsáveis dos alunos com necessidades especiais, proporcionando orientações e informações sobre seus direitos e deveres.

I- Avaliar e acompanhar constantemente o progresso dos alunos com necessidades especiais, identificando possíveis dificuldades e oferecendo intervenções e suporte adequados.

J- Promover a inclusão social dos alunos com necessidades especiais, incentivando a participação ativa na comunidade escolar e na sociedade adotando um modelo de currículo que seja flexível e adaptável. Isso significa que as escolas devem estar abertas a diferentes abordagens e metodologias de ensino, buscando atender às necessidades individuais de cada aluno.

É importante incluir conteúdos que valorizem a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, entre outras, para promover a compreensão e o respeito às diferenças. Além disso, a reorientação curricular deve considerar as demandas da sociedade contemporânea e as habilidades necessárias para o desenvolvimento integral dos alunos. Isso implica em uma visão mais ampla de educação, que vá além da transmissão de conhecimentos, incluindo também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, competências digitais, pensamento crítico, entre outros aspectos.

A teoria fornece embasamento para a prática, pois traz conceitos, princípios e diretrizes que devem ser considerados na elaboração e implementação do currículo. Além disso, proporciona uma visão mais ampla dos desafios e possibilidades da educação inclusiva e de qualidade.

Em suma, o diálogo entre teoria e prática curricular é fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Esse diálogo permite que o currículo se mantenha atualizado, flexível e adequado às necessidades e realidades dos alunos e da sociedade. Além disso, contribui para a construção de uma educação que valoriza a diversidade, promovendo a equidade e o respeito a todos os estudantes.

Ao falar sobre a inclusão dos alunos nas turmas regulares, afirma Fonseca (1995):

[...] incluir os alunos com deficiências importantes nas turmas de educação regular eleva a consciência de cada aspecto inter-relacionado da escola como uma comunidade: seus limites, os benefícios a seus membros, seus relacionamentos internos, seus relacionamentos como ambiente externo e sua história.

Para que essa inclusão seja efetiva, é fundamental que a escola conte com recursos e estratégias pedagógicas adequadas, bem como com profissionais capacitados e sensibilizados para lidar com as diferenças e necessidades individuais de cada aluno."

É de suma importância destacar a presença dos alunos com deficiências nas turmas regulares, que também desafia a escola a repensar e adaptar seus métodos e estratégias de ensino, buscando atender às necessidades específicas de cada aluno. Isso favorece a criação de um ambiente mais inclusivo e diversificado, que valoriza a individualidade e a igualdade de oportunidades.

Por fim, a inclusão dos alunos com deficiências nas turmas regulares é o benefício para o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. À participação das atividades e interações do dia a dia escolar, havendo oportunidade de aprender, socializar e desenvolver em diversos aspectos, incluindo habilidades de comunicação, autonomia, socialização e resolução de problemas.

Por fim, a inclusão dos alunos com deficiências contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que reconhece e valoriza a diversidade humana.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fabio. (2001). **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. In Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n.º 21, março, pp. 160-173.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ind2.pdf>>;

BRASIL (1994). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE.

BRASIL (2000). LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394/96**. Brasília:CORDE.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (1995). **O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro**. Brasília: SEESP.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei n 9.394, de 20.12. 1996 (Lei Darcy Ribeiro)- Plano nacional de educação lei nº10.172, de 10 de Janeiro de 2001 e legislação correlata e complementar/ Supervisão editorial jair Lot Vieira / 4º ed. Revista- atualizada-ampliada - - Bauru,SP: EDIPRO, 2010.- (série Legislação).

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. **Acessibilidade e Desenho Universal: Conceitos, Tendências e Desafios**. Ano não informado.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6949/2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, 2009.

BRASIL. Decreto nº5296/04. Regulamenta as Leis nos10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, 2004.

BRASIL. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial, 1998.

BRASIL. Portaria nº3284/03. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadora de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais:

Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC /SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. Projeto escola viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, Adaptações Curriculares de pequeno porte. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.

BRASIL. Projeto escola viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola- Alunos com necessidades educacionais especiais, Adaptações Curriculares de Grande Porte. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2. ed. / coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. p.59-84

BARBOSA, M.; NAPOLEÃO DA COSTA, R.C.; DELGADO, O.O.C.O lúdico na Educação Infantil. Revista Espaço Acadêmico, v.5, n.2, p.1-19.

BUENO, C. L. R.; PAULA, A. R. **Acessibilidade no mundo do trabalho**. São Paulo: SORRIBRASIL, 2007.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas?** Revista Brasileira de educação especial, 1999.

CAMPELO, Sandra Mara Carvalho. Desenvolvimento Docente e Inclusão social: Uma síntese do contexto histórico da formação docente no Brasil. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 5, p. 79-89, 2023.

CUBERO, R.; MORENO, M. **Relações sociais nos anos escolares; família, escola, companheiros**. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. Curitiba: editora IBPEX. 2005.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio: Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 eds. rev., e ampl. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1986, p. 1343.

FERNANDES, Idília, (2003) **A diversidade da condição humana: deficiências/diferenças na perspectiva das relações sociais**. Tese de doutorado. Porto Alegre – Faculdade de Serviço Social da PUCRS,

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **A ONU e o seu conceito revolucionário de pessoa com deficiência**. LTr: Revista Legislação do Trabalho. São Paulo. v. 72. n. 3. p. 263-70. Mar. 2008

FONSECA, V. (1987). **Educação especial**. Porto Alegre: Artes Médicas.

FONSECA, Vitor. **Educação Especial estimulação Precoce**: Feuerstein. 2ª ed. Artes médicas: Porto Alegre-RS, 1995.

FREC – Federação Rio-Grandense de Entidades de e para Cegos, (2000) **Proposta para a definição de uma nova política pública estadual global**. Porto Alegre: Entidades de Cegos do Estado do RS.

GABRIEL. Chalita (2001) **Educação: a solução está no afeto/** - São Paulo: 1º ed.,2004 edição revista atualizada.

GARCIA. Carlos Marcelo. **Formação de Professores** – Para uma Mudança Educativa. Lisboa, Porto Editora, 1999;

GUIA – **Grupo Português pelas Iniciativas de Acessibilidade**. [On-line] disponível em: <http://www.acessibilidade.net>. Acesso em 31 de mai. 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HENRIQUES, R. M. **O Currículo Adptado na Inclusão de Deficiente Intelectual**.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Conhecendo nossos direitos e deveres: legislação federal**. Rio de Janeiro: INES, 2002.

OLIVEIRA, Cybelle Aline. Educação Física Inclusiva dos Alunos com Deficiência: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 4, p. 151-161, 2022.

PINTO, Jacyguara Costa et al. Ferramentas Tecnológicas visuais como suporte de aprendizagem para os alunos surdos. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 7, p. 437-448, 2023.

PRADO, M. E. B. B. **Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações**. In: ALMEIDA, M. E. B. de; MORAN, J. M. (Org.). Integração das tecnologias na educação. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, 2009. cap. 1, artigo 1.1, p. 12-17

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: COMPROMISSOS DO PODER PÚBLICO, DA ESCOLA E DOS PROFESSORES (Escrito por Profª. Drª. Rosângela Gavioli Prieto, Qui, 29 de Janeiro de 2004 03:00)

ROBERTA Gaio, Rosa G. Krob Meneghetti/ ***Caminhos pedagógicos da educação especial/***, (2004) (organizadoras).- Petrópolis, RJ: Voses.

Redação dada pelo Decreto nº 7.611, de 2011) (FONTE) ([www.planalto federal da república](http://www.planalto.gov.br))
OTA TÉCNICA Nº 62 / 2011 / MEC / SECADI /DPEE Data: 08 de dezembro de 2011.
Assunto: Orientações aos Sistemas de Ensino sobre o Decreto nº 7.611/2011.

SASSAKI, R. K. Inclusão: **Construindo uma Sociedade Para Todos**. Rio de Janeiro, Editora WVA, p. 174, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, O. M. A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVA, O. M, (1987) **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: CEDAS.

SOUZA, S. F.; OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas para a inclusão: formação de professores.** 2008. Disponível em Acesso em: 14.Ma.2014.

SOUZA, Amaralina Miranda de et al. **Inclusão: Trabalhando com as diferenças na sala de aula. Brasília.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – MEC/SEB, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo. Martins Fontes, 2000